

ARTIGOS

O Sol é para todos

MATILDE MATOS

Manter tudo como sempre foi é tranqüilo. Mudanças assustam, provocam reações contrárias e, principalmente, dão muito trabalho, o que poucos querem ter. Há quase meio século, venho acompanhando a trajetória dos cultores da arte visual, que precisa do aparato das exposições para ser vista, ouvindo da grande maioria deles a mesma eterna queixa: a falta do apoio oficial à classe, embora existisse desde sempre a Fundação Cultural do Estado da Bahia (Funceb), órgão específico da Secretaria de Cultura, para cuidar da arte/cultura na Bahia.

A arte baiana viveu seu grande momento nos anos 50, quando, pela feliz junção de figuras proeminentes no governo e cercanias – Octávio Mangabeira, Anísio Teixeira, Edgard Santos, reitor da universidade que nascia, Lina Bo Bardi dirigindo o recém-criado MAM, Odorico Tavares à frente dos órgãos de comunicação –, os nossos artistas, de todas as áreas, tiveram condições de desenvolver a arte produzida na Bahia, que atravessou fronteiras.

A mesma sorte não teve nos anos 70 o Etsedron. Premiado na Bienal de São Paulo e citado por críticos internacionais como o caminho para a arte latino-americana, jamais conseguiu qualquer ajuda da fundação para atender a convites no exterior, e nem ser exposto aqui. São exemplos gritantes que mostram o resultado do apoio à arte

e da ausência desse apoio.

Animaram-se os artistas visuais quando surgiu o FazCultura, até perceberem como eram preferidos junto aos patrocinadores pelos espetáculos de música, dança e teatro. Essas preferências se nivelaram pelos editais da Petrobras, dos Correios, da Caixa Econômica, dos grandes bancos e empresas privadas.

Hoje, finalmente, vejo com satisfação como a Funceb, com conhecimento de causa, determinação e trabalho sério, se volta para o desenvolvimento da arte baiana em todo o Estado.

Partindo de abalizado planejamento, já são evidentes as realizações de: vários editais inéditos, aparelhamento de espaços locais para as artes e dos centros de cultura em 8 cidades do nosso Estado, movimentados com oficinas e mostras dos premiados nos salões do interior, com catálogo retroativo dos primeiros salões ao último, e lançamento de específicos editais.

No edital de junho, entre os 278 artistas inscritos com 59 premiados, 19% são do interior, e cerca de 50 cidades verão as exposições itinerantes com obras do acervo público, de museus e centros culturais.

Esse evidente empenho da Funceb, em se voltar equitativamente para o amplo desenvolvimento da arte produzida no nosso Estado, seguramente renderá bons frutos. A arte tanto é livre como liberal, e o bom artista nasce em qualquer lugar.

MATILDE MATOS | Membro das associações brasileira e internacional dos críticos de artes. E-mail: matilde.matos@ebec.com.br

Imposto zero para o GLP

PEDRO FERNANDES

Ao percorrer freqüentemente o interior do Maranhão, meu Estado, deparo-me com uma cena costumeira e cruel: meninos catando gravetos e pedaços de caixotes de papelão para que a mãe, quase sempre com um bebê ao colo, possa acender um fogo entre dois tijolos e assim preparar a refeição do dia.

Nesses casebres sem ventilação, as famílias se envenenam, dia a dia, com a fumaça tóxica dos fogareiros improvisados. Não por acaso, em 2004, o Ministério da Saúde registrou mais de 1,7 milhão de internações causadas por doenças respiratórias! E a situação, nessa área, infelizmente, está piorando com o aumento do consumo de lenha nos lares brasileiros. De acordo com o Ministério de Minas e Energia, em 1998, o gás de cozinha (GLP) e a lenha estavam empatados, cada um participando com 31% da matriz energética doméstica. Em 2005, o consumo do gás de cozinha caiu para 26%, enquanto a lenha chegava a 38% (ou 40%, se somado o carvão).

Nem é preciso ir tão longe para constatar essa piora na qualidade de vida do povo. Na periferia de São Luís, sou abordado com freqüência por pais e mães de família que me pedem ajuda para comprar um botijão de gás. Mas por que esse produto de primeira necessidade, indispensável para cozinhar o arroz e o feijão de cada dia, está virando artigo de luxo para tantos brasileiros?

A resposta está na impiedosa carga tributária que não pára de encaecer o GLP. Se, em 1994, no início do Plano Real, o botijão de 13 quilos custava R\$ 4,82 para o consumidor, hoje seu preço é R\$ 32. Nesse período, o preço da Petrobras e a

margem de lucro dos distribuidores se mantiveram em níveis razoáveis; já o valor dos impostos cresceu mais de 1.150% em termos nominais, ou 303,67% em termos reais (descontada a inflação). Só em impostos, quem compra um botijão gasta o triplo do que gastava em 1994.

Quem mais sofre, é claro, são as famílias carentes. Em 2001, quando o governo criou o Auxílio-Gás, o valor deste era de R\$ 7,50 por mês, o que dava para pagar metade do preço de um botijão. Como o auxílio não foi reajustado desde então, hoje ele só paga menos de 25%. Para piorar, a cobertura do Auxílio-Gás encolheu de 10 milhões de beneficiários no início do governo Lula para menos de 600 mil atualmente, porque quase todos eles migraram para o Bolsa-Família. Enquanto isso, muitos desses brasileiros abandonaram o fogão a gás, passando a cozinhar com lenha, sem nenhum programa destinado a evitar a poluição doméstica e a prevenir as doenças pulmonares.

A ironia nisso tudo é que, em 2004, o governo zerou o PIS/Cofins sobre os alimentos da cesta básica, mas segue tributando pesadamente o botijão. Pelo jeito, esperam que o povo coma tudo cru... Mas esta injustiça poderá acabar se o Congresso Nacional aprovar proposta de emenda constitucional que apresentei com a finalidade de desonerar o GLP de tributos federais e estaduais. A Câmara dos Deputados já autorizou a instalação de comissão especial encarregada de apreciar a proposta. Os partidos têm agora o dever de indicar o quanto antes os membros da comissão e colocá-la em funcionamento. Imposto zero para o gás de cozinha é uma questão de justiça social: a saúde e o bem-estar de milhões de famílias brasileiras não podem mais esperar!

PEDRO FERNANDES | Deputado federal pelo PTB/MA. E-mail: dep.pedrofernandes@camara.gov.br

LÚCIO VIEIRA LIMA

Voto secreto e democracia



Se o voto secreto no Parlamento é tão prejudicial à democracia, como justificar que o regime democrático esteja assentado justamente no instituto do voto secreto? É preciso uma reflexão livre de preconceitos para ver que o sigilo na escolha não representa um mal em si. Para certas votações, o ocultamento significa uma arma de combate ao autoritarismo e de defesa das liberdades e interesses coletivos.

Foi por este motivo que em 1930 venceu a revolução que postulava a instituição do voto secreto e universal. Era a melhor forma de minar o império dos coronéis, que mantiveram o Brasil em profundo atraso político pelo domínio que exerciam sobre o voto a descoberto. O fim da eleição a bico-de-pena foi o início da modernização nas instituições democráticas.

A pressão que, no passado, os chefes regionais exerciam nos seus currais eleitorais se assemelha às retaliações de que são capazes hoje os chefes do Executivo, o poder forte da nossa democracia. Não importa o caráter do governante da hora. O que deve prevalecer independente de casuísmos é o princípio do voto secreto para proteger a liberdade de escolha dentro das regras adotadas por nossas instituições.

Não faço aqui apologia ao instituto do sigilo na votação e à rigidez na mudança de regras. Ao contrário, uno-me ao clamor popular contra o voto secreto que favorece impunidade e dificulta prestação de contas. Mas também não faço apologia ao voto aberto em qualquer e toda circunstância. Estou ao lado dos representantes do Congresso Nacional, que, embora favoráveis a mudanças neste expediente, ponderam a necessidade de manter o sigilo em votações como a eleição para as Mesas da Câmara e do Senado, aprovação de auto-

ridades (ministros do Supremo, do Tribunal de Contas da União, do procurador-geral da República, por exemplo) e derrubada de vetos presidenciais.

Igual raciocínio vale para a votação de autoridades e de vetos nos Estados e municípios. Da mesma forma que o cidadão-eleitor encontra no sigilo liberdade para escolher seu representante, e que o júri popular tem no voto em segredo a garantia da isenção no julgamento do réu, o cidadão-parlamentar também precisa de liberdade e isenção para decidir sobre vetos ou para escolher uma autoridade que, afinal, será um fiscal do Poder Executivo.

Escudado pelo voto secreto, o parlamentar tem condições de decidir em alho aos interesses de quem será fiscalizado e protegido de possíveis retaliações, que sempre alvejam o parlamentar rebelde mas que, em geral, acabam prejudicando mesmo é a população por ele representada, que deixa de conquistar a escola, o pos-

to médico, o calçamento eventualmente reivindicados por aquele que está sendo alvo da retaliação.

Num ambiente verdadeiramente democrático, de respeito ao antagonismo, ao pensar diferente, determinadas votações precisam do sigilo para não resultar em suspeição. O voto dos representantes do povo não pode ser automaticamente atrelado nem mesmo às pressões populares do momento.

A democracia direta já deu mostras na história dos equívocos protagonizados pela "patologia das multidões", como classificou o jurista Fábio Konder Comparato para explicar por que leis raciais de Adolf Hitler conquistaram aprovação de mais de 90% do povo. Ou por que ditaduras genocidas como as de Stálin, Mao Tsé Tung e Pol Pot tiveram apoio das maiorias nos seus países.

A democracia representativa e constitucional se fortalece pelo debate. Este é o

caminho para aprimorar a opinião pública. Vimos isso recentemente, no plebiscito sobre o desarmamento. Havia uma quase unanimidade pelo voto a favor antes de começar a campanha na TV e no rádio. Depois que os argumentos contrários ao desarmamento vieram à tona, a tendência inicial rapidamente se reverteu.

Precisamos mais do que a queda do voto secreto para melhorar a qualidade da nossa democracia. O Judiciário tem papel fundamental no bloqueio de inconstitucionalidades e ilegalidades. As eleições permitem que, a cada quatro anos, mudemos nossos representantes. E não é preciso voto aberto no Parlamento para conhecermos aqueles que agem contrários aos interesses populares. Estes se revelam nos meandros do exercício do mandato. A democracia se fortalece e o país cresce quando há um ambiente propício à derubada de preconceitos e à abertura ao contraditório.

EDITORIAL

Cacau em leilão

O megaleilão de propriedades promovido no sul baiano, hoje e amanhã, pelo Tribunal Regional do Trabalho, é o retrato de corpo inteiro da crise por que passa a região desde que o cacau deixou de ser sua principal referência econômica. Várias fazendas, no total de 4 mil hectares, com benfeitorias, serão arrematadas ao correr do martelo.

A crise passa do desencanto ao desespero, e já não se limita à produção cacauzeira: atinge, em cheio, instituições por ela beneficiadas, como hospitais, indústrias, clubes sociais. Estão em leilão, por exemplo, a empresa de moagem da Barreto de Araújo, falida há 13 anos, em Ilhéus, a Coograp, produtora de leite e derivados, que tanto animava os agropecuaristas, o Hospital Santa Isabel, fechado há só cinco meses em Ilhéus, o Hospital Maria Goretti, também fechado em Itabuna.

Todas essas instituições, outrora representativas de abastança, esgotaram os últimos recursos. Têm elevados passivos trabalhistas que lhes abalaram os alicerces. Os credores levam-nas, enfim, à hasta pública. O declínio do cacau, modelo econômico priorizado em terras grapiúnas, entrou em lenta agonia. Uma sociedade inteira, de

mais de 2 milhões de habitantes, está em processo terminal, enquanto o governo, impassível, cobra dívidas acumuladas.

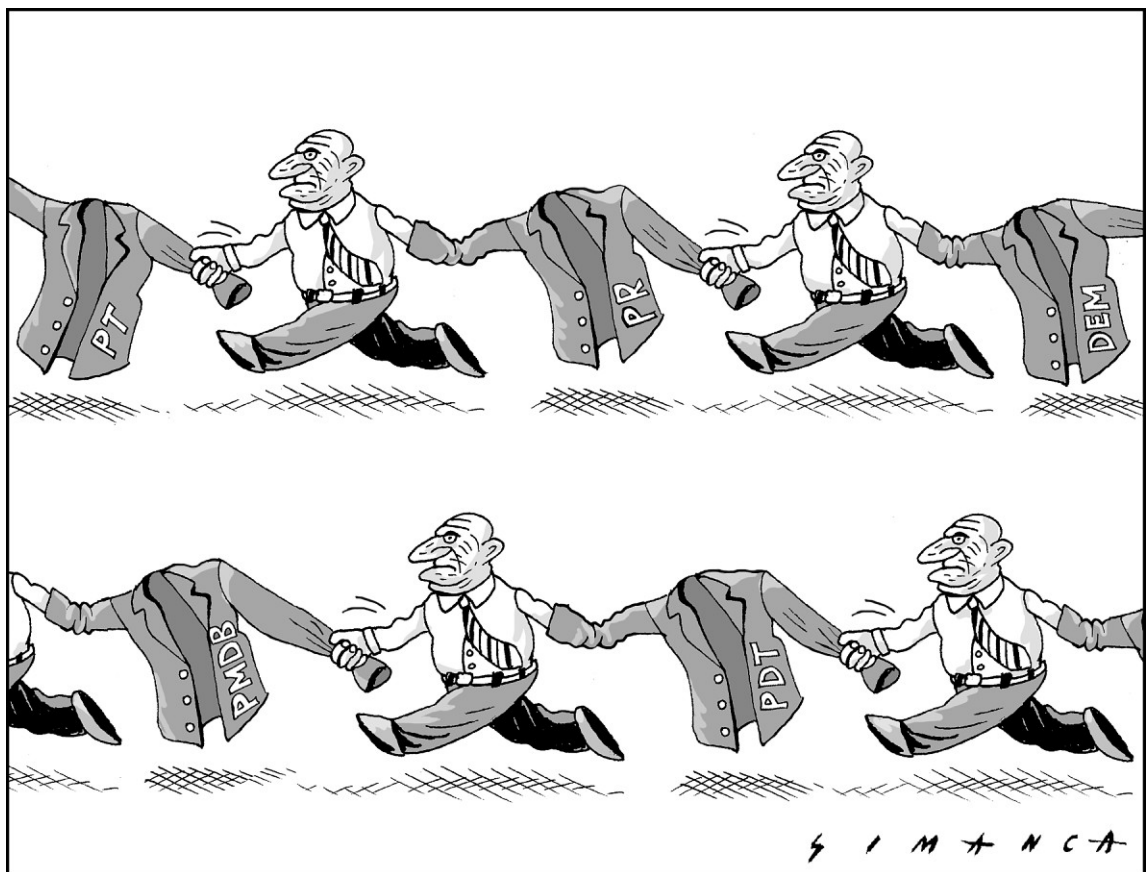
A Câmara Setorial do Cacau, instalada em Brasília, apresentou propostas que esbarrraram na intransigência do ex-ministro Antonio Palocci. De modo geral, o governo trata de ganhar tempo no caso do cacau. Sai em socorro de outros devedores, cujas culturas enchem espaços expressivos na pauta de exportações.

Aos cacauicultores endividados e sem condições de produzir para saldar compromissos bancários, ele aplica a lei.

Em dias recentes, o ministro da Agricultura, Reynold Stephanes, negou o desmonte da Ceplac, instituição técnica de amparo à lavoura cacauzeira, e adiou uma solução realista das dívidas para outros 90 dias. Empurra mais uma vez o problema – e nesse ínterim as dívidas aumentam, pelo acúmulo de juros sobre juros.

Assim, com extrema frieza, pune-se uma região que muito já contribuiu em impostos para os cofres públicos, e se deu ao luxo de promover quase sozinha o seu próprio crescimento econômico e social, que lhe conferiu, no pique, sinais de tipicidade evidente.

Simanca



S I M A N C A